

RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.542 - RJ (2018/0243647-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : JACINTA MARIA FERNANDES
RECORRENTE : JAILDA DA COSTA ALMEIDA
RECORRENTE : JAIR CARLOS SARAIVA DOS HUMILDES
RECORRENTE : JAYRO RODRIGUES DA SILVA
RECORRENTE : JOAO ANGELO FAVERO
RECORRENTE : JOAO BOSCO HESPANHA BUSTAMANTE
RECORRENTE : JOSE BARBOSA DE SOUZA NETO
RECORRENTE : JOSE FRANCISCO DI SANTIS
RECORRENTE : JOSÉ GOMES LISBOA
RECORRENTE : JOSE LUIZ TAVARES ROSIN
ADVOGADO : MARCIO DA COSTA MELLO E OUTRO(S) - RJ170410
RECORRIDO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO : GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS E OUTRO(S) - RS056630
ADVOGADA : FERNANDA ROSA SILVA MILWARD CARNEIRO - RJ150685

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CUSTAS PROCESSUAIS. HONORÁRIOS DO ASSISTENTE TÉCNICO. SUCUMBÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 20, §2º, DO CPC/73. APLICAÇÃO DA RATIO DECIDENDI DE PRECEDENTE ESPECÍFICO DA CORTE ESPECIAL: ERESP 1.519.445/RJ, REL. P/ ACÓRDÃO MINISTRA NANCY ANDRIGHI, JULGADO EM 19/09/2018, DJE DE 10/10/2018. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por JACINTA MARIA DE ALMEIDA e OUTROS em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO ASSIM EMENTADA: AGRAVO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS DO ASSISTENTE TÉCNICO. ENCARGO DA PARTE SUCUMBENTE.

PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DO TJRJ. À luz do princípio da causalidade, as despesas processuais e os honorários advocatícios devem recair sobre a parte que deu causa à propositura da ação. A regra processual inscrita no parágrafo 2º do art. 20 do CPC/73, vigente à época em que prolatada a sentença e repetida nos arts. 82 § 2º e 84 do CPC/2015, é bastante clara no sentido de incluir os gastos com assistente técnico na definição de “despesa”. No caso dos autos, o pedido deduzido na petição inicial pelos ora agravados em face da agravante foi julgado improcedente, razão pela qual, aqueles restaram vencidos na demanda e, portanto, responsáveis pelo pagamento das despesas processuais a ela inerentes. Em tais circunstâncias, ao vencido se atribui o dever de reembolsar todas as despesas que obrigou o vencedor a fazer para defesa dos seus interesses, incluindo-se aí, a despesa com assistente técnico. **RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO NOS TERMOS DO ART. 932, VIII DO CPC DE 2015 C/C ART, 31, VIII, B, DO RITJERJ.** Ao contrário do sustentado neste agravo interno, a jurisprudência mais moderna da Corte Superior se firmou no sentido de que, tanto pela ótica do princípio da sucumbência, quanto à luz do princípio da causalidade, a condenação do vencido ao pagamento das despesas suportadas pela parte adversa em decorrência do processo, é medida impositiva, e, ainda que conste genericamente da sentença a expressão “custas” em vez de “despesas processuais”, há que se fazer uma interpretação abrangente daquela. A interpretação do julgado deve considerar, além do princípio da sucumbência, o princípio da causalidade, sob pena de prejudicar aquele que não deu causa à propositura da demanda. Entender em sentido contrário seria fazer prevalecer o sentido literal das palavras em detrimento do Direito e da Justiça. Destarte, é forçoso concluir que a irresignação não merece acolhimento, porquanto a parte agravante não logrou desenvolver argumentação apta a desconstituir os fundamentos adotados pela decisão recorrida. **RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

No recurso especial, os recorrentes apontaram, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 20, caput e § 2º, 467, 469, 473 e 475-G do CPC/73, sustentando que a execução da verba relativa aos honorários do assistente técnico viola a coisa julgada, tendo em vista que na decisão transitada em julgado

constou apenas a condenação genérica em custas processuais. Pediram o provimento.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Antes da análise do mérito, registro que a partir do termo de recebimento e autuação de fls. 384 e-STJ, passou a constar como parte recorrente junto a esta Corte Superior JACINTA MARIA FERNANDES em vez de JACINTA MARIA DE ALMEIDA como encontrava-se cadastrada na origem e consta na petição de interposição do recurso especial.

Assim, antes da publicação da presente decisão, proceda-se à alteração do cadastramento da referida parte recorrente, certificando-se nos autos.

Analiso, pois, o recurso especial, que, antecipo, não merece prosperar.

Necessário alcançar à presente hipótese a mesma conclusão a que cheguei quando do julgamento do REsp nº 1.814.014/RJ, interposto no curso da mesma execução entre as mesmas partes, em que se discutia a inclusão ou não no termo "custas processuais" da verba relativa aos honorários periciais devidos pela parte sucumbente, sendo que, aqui, o objeto vem a ser os honorários do assistente técnico.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os embargos de divergência nº 1.519.445/RJ, reconheceu a plena possibilidade de inclusão dos honorários periciais em conta de liquidação quando o dispositivo da sentença com trânsito em julgado condena o vencido, genericamente, ao pagamento de "custas processuais".

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. DISTINÇÃO. HONORÁRIOS PERICIAIS. SUCUMBÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 20, §2º, DO CPC/73. PROCESSO CIVIL DE RESULTADOS JUSTOS.

1. O propósito recursal dos embargos de divergência consiste em determinar qual entendimento deve prevalecer no STJ acerca da interpretação do art. 20, §2º, do CPC/73.
2. É adequada a inclusão dos honorários periciais em conta de liquidação quando o dispositivo da sentença com trânsito em julgado condena o vencido, genericamente, ao pagamento de custas processuais.
3. Quem tem razão não deve sofrer prejuízo pelo processo.
4. Surpreender o vencedor da demanda com a obrigação de arcar com os honorários periciais apenas e tão somente porque a sentença condenava o vencido genericamente ao pagamento de "custas" e não "despesas" representa medida contrária ao princípio da sucumbência e até mesmo à própria noção da máxima eficiência da tutela jurisdicional justa.
5. Embargos de divergência conhecidos e não providos. (REsp 1519445/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 10/10/2018)

Nas razões de decidir do voto da e. Min. Nancy Andrigli, redatora para o acórdão, concluiu-se que:

*(...) na hipótese de o pedido formulado na petição inicial ser julgado improcedente, não se pode imaginar que o réu seja compelido a arcar com custas ou despesas de um processo para cuja formação não deu causa. Em poucas palavras: **aquele que vence não deve sofrer prejuízo por causa do processo.***

O fundamento deste raciocínio está umbilicalmente ligado ao princípio da sucumbência, como conteúdo epistêmico da ciência processual a ser observado na instauração dos litígios judiciais. “Fundamenta-se tal instituto na conclusão de que a atuação da lei não deve representar uma redução no patrimônio da parte em favor da qual esta foi aplicada. É do interesse do Estado que o emprego do processo não se resolva em prejuízo daquele que tem razão, face ao interesse do comércio jurídico de que os direitos tenham valor, tanto quanto possível, nítido e constante”. Isso porque “à sentença cabe prover para que o direito do vencedor não saia diminuído de um processo em que foi proclamada a sua razão” (SANTOS FILHO, Orlando Venâncio dos. O ônus do pagamento dos honorários advocatícios e o princípio da causalidade. RT: São Paulo, v. 87, n. 748, fev. 1998, p. 77. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/106672>).

Nessa linha, Eduardo Talamini com propriedade ressalta que “a imputação das verbas de sucumbência à parte que não tem

razão na lide funda-se também no princípio da responsabilidade. Cada sujeito de direito deve responder por seus atos, assumindo as consequências de suas escolhas”. E, adiante, pontua: “a perspectiva de responder futuramente por seus atos na medida em que não tenha razão, torna cada sujeito mais ponderado, previdente, razoável, na escolha de suas condutas” (Os fundamentos constitucionais dos honorários de sucumbência. In: A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 15, n. 62, p. 73-97, out./dez. 2015).

A partir dessa perspectiva, ressalte-se uma vez mais, que se firmou a compreensão de se tratar de uma injusta surpresa para o vencedor do litígio se ver obrigado a arcar com os honorários periciais apenas e tão somente porque a sentença condenava o vencido ao pagamento de “custas” e não “despesas”.

A *ratio decidendi* do referido julgado aplica-se aos honorários do assistente técnico, estando o acórdão em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, também:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO GENÉRICA. INCLUSÃO DOS HONORÁRIOS DO PERITO E DO ASSISTENTE TÉCNICO. POSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA NÃO CONFIGURADA. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em cumprimento de sentença, é admitida a inclusão de honorários periciais na conta de liquidação quando o dispositivo da sentença transitado em julgado condena o vencido, genericamente, ao pagamento de custas processuais. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1750562/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)

Ante o exposto, com fundamento no enunciado 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente

Superior Tribunal de Justiça

previstas.

Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator